

FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS **DO METODISMO**

DE DUNCAN ALEXANDER REILY

SUMÁRIO

- Prólogo
- As Sagradas escrituras
- O Credo Apostólico
- Os 25 Artigos de Religião
- Os escritos de Wesley - Sermões e Notas sobre o Novo Testamento
- Epílogo
- Referências (“notas de rodapé”)

I - PRÓLOGO

Na mesma noite da Proclamação da Autonomia (2-9-1930), os delegados de cada Conferência Anual, previamente eleitos, se reuniram no I Concílio Geral da Igreja Metodista do Brasil (IMB). O Concílio não elaborou um livro de cânones para a nova Igreja autônoma, mas adotou a Disciplina de 1922 como sua lei.

A obra da Comissão Constituinte e do I Concílio Geral, porém, que incluía a primeira Constituição da IMB, apresentou surpreendentes novidades. Eis algumas delas:

1. O Metodismo brasileiro havia se tornado uma Igreja autônoma, não mais uma mera missão da Igreja Metodista Episcopal do Sul dos EUA. Prova concreta disso é a eleição de John W. Tarboux como seu primeiro bispo.

2. A IMB criou um episcopado de tempo limitado e não vitalício como o dos Estados Unidos.

3. Desde a reunião da Comissão Constituinte, o Metodismo já vinha mostrando significativa independência teológica. ⁽¹⁾

4. De particular importância para o presente tratado, a IMB criou uma Constituição, coisa que a Igreja Metodista Episcopal do Sul dos EUA nunca possuía, tendo apenas as *Regras Restritivas de Josué Soule*, que visavam conservar a doutrina e prática da Igreja e a itinerância do seu ministério. A Constituição da IMB, por sua vez, apresentou a novidade de uma clara definição dos fundamentos doutrinários da Igreja. Seguem abaixo os artigos da Constituição de 1930 e de 1934, que estabeleceram esses fundamentos:

- O fundamento das doutrinas da Igreja Metodista do Brasil são as Sagradas Escrituras do Velho e do Novo Testamento, divina revelação dada por homens piedosos, movidos pelo Espírito Santo, as quais contêm tudo quanto é necessário para a salvação, sendo suficiente regra de fé e prática dos cristãos. ⁽²⁾

- A interpretação metodista das Sagradas Escrituras se encontra no *Credo Apostólico*, nos *25 Artigos de Religião* e nos *Sermões de Wesley*.⁽³⁾

- Os princípios da Igreja Metodista do Brasil são os mesmos aceitos pelo Metodismo universal, os quais têm como fundamento as Sagradas Escrituras do Velho e Novo Testamento, divina revelação dada por homens piedosos movidos pelo Espírito Santo, as quais contêm tudo quanto é necessário para a salvação e são suficiente regra de fé e prática para os cristãos.

- A interpretação metodista das Sagradas Escrituras se baseia no *Credo Apostólico*, nos *25 Artigos de Religião do Metodismo Histórico* e nos *Sermões e Notas de João Wesley sobre o Novo Testamento*.⁽⁴⁾

Corno se percebe, não é de hoje que o Metodismo brasileiro tem os fundamentos da sua doutrina claramente delineados. A falta de atenção a esses fundamentos talvez tenha causado a nós, metodistas, uma certa imprecisão e até negligência em questões doutrinárias. A não divulgação desses fundamentos deve ter contribuído para criar a impressão entre nossos irmãos de outras denominações cristãs de que nós, metodistas, "não temos doutrina."

Notemos que o fundamento essencial da doutrina metodista é a Bíblia, tanto o Antigo como o Novo Testamento.

Em um nível imediatamente inferior à Bíblia são três os instrumentos que usamos para a compreensão e interpretação da Bíblia, a saber:

- 1) O *Credo Apostólico*;
- 2) Os *25 Artigos de Religião* e;
- 3) Os sermões doutrinários de Wesley e suas *Notas* explicativas sobre o Novo Testamento.

Tanto a distinção como a ordem aqui são muito importantes. Temos duas categorias de fundamento, o primário (as Sagradas Escrituras) e o secundário (O *Credo*, Os *25 Artigos de Religião*, e Os *Sermões e Notas de Wesley*).

Reconhecendo essa hierarquia, vamos evitar, de vez, um grave erro metodológico de muitos adeptos de Wesley, o de fundamentar nossas doutrinas a partir de João Wesley. O único lugar correto para começar em matéria doutrinária é a Bíblia.

Um uso correto de nossos fundamentos tem a vantagem adicional de deixar muito clara a grande área de crença que nós, metodistas, temos em comum com outros ramos de cristianismo, o que não seria igualmente evidente se começássemos por Wesley! A verdade é que nós temos muito mais em comum com outros cristãos do que áreas de divergência. O *Plano para a Vida e a Missão da Igreja*, aprovado pelo XIII Concílio Geral, em 1982, reconhece e enfatiza nossa herança ecumênica e conclama os metodistas a lutarem em favor da unidade do Povo de Deus.

O Metodismo é parte da Igreja de Jesus Cristo. Procura preservar o espírito de renovação da Igreja dentro da unidade conforme a intenção da Reforma Protestante do século XVI e do movimento wesleyano do século XVIII, que, por circunstâncias históricas, resultaram em divisões. Por isto, dá sua mão a todos cujo coração é como o seu e busca no Espírito os caminhos para o estabelecimento da unidade visível da Igreja de Jesus Cristo (Jo 17:17-23).⁽⁵⁾

Mesmo assim, sempre têm existido, desde os tempos de João Wesley, certas doutrinas bíblicas que os metodistas enfatizavam por serem particularmente pertinentes à sua vocação, a saber, o chamado divino para "reformatar a nação, particularmente a Igreja, e a espalhar a santidade bíblica sobre toda a terra". ⁽⁶⁾

Haverá outros elementos que tomam possível à nossa Igreja enfrentar novas situações do nosso mundo. Esses elementos, elaborados pelo Concílio Geral ou outra entidade autorizada a falar em nome da Igreja Metodista como um todo, geralmente se aplicam à conduta e são de duração menor do que os quatro fundamentos já estabelecidos pela Constituição. A importância desse terceiro nível de fundamento é o fato de que o mundo muda, coisas inéditas surgem, e a Igreja não pode permanecer muda diante de tais novidades e nem apenas repetir as velhas fórmulas, por valiosas que sejam.

Um dos grandes perigos da Igreja é o de cair em heresia, o que Santo Agostinho chamava de "Pecado contra a Verdade". O medo da heresia leva a igreja a temer qualquer inovação como possível heresia e a aplicar literalmente o "Cânon Vicentino" que afirma ser a ortodoxia aquilo que sempre, em todo lugar e por todos foi aceito. Nós, metodistas, cremos que é possível evitar a heresia sem deixar de nos pronunciarmos frente os novos acontecimentos, levando a sério seus fundamentos e, ao mesmo tempo, buscando interpretar inteligentemente os acontecimentos do mundo contemporâneo.

Esse terceiro nível ou escalão inclui o Credo Social ⁽⁷⁾ e documentos de peso do Plano para a Vida e Missão da Igreja. Não se espera desse nível de documento a mesma permanência ou "intocabilidade" dos quatro "fundamentos". Mas, enquanto vigorarem, os documentos desse terceiro escalão são de grande peso como princípios éticos e base para a atuação hodierna da nossa Igreja.

No presente ensaio, vamos desenvolver apenas os dois primeiros escalões.

Para facilitar a exposição vamos (sem perder de vista que o fundamento é a Bíblia, os outros sendo parâmetros e "dicas" para sua interpretação) tratar cada um dos quatro elementos separadamente e por ordem.

II - AS SAGRADAS ESCRITURAS

Não vou tentar historiar todo o processo da fixação dos Cânones do Antigo e do Novo Testamento, mas quero, inicialmente, fazer e fundamentar certas afirmações que me parecem úteis.

1. A primeira afirmação é que a Bíblia de Jesus era a totalidade das Escrituras hebraicas, e que a Igreja apostólica adotou essa "Bíblia de Jesus". Em vez do cânon restrito do poderoso partido conservador, os saduceus, os quais aceitavam apenas a "lei de Moisés", Jesus aceitava como Escritura (inspirada) também os "profetas" e os "escritos" (cf. Mt 22:23-33).

Que Jesus considerava os Salmos como inspirados fica claro pela sua palavra. "O próprio Davi falou, pelo Espírito Santo" ...e cita Salmos 110:1 (Mc. 12:36).

O exemplo de Jesus é seguido pelos apóstolos Pedro e Paulo, entre outros (cf. At 2:25-28 cita o Sl 16:8-11; At 2:30 cita Sl 132:11; 1Pe 2:4 cita Sl 34:8; 1Pe 2:7-8 cita Sl 118:22; Rm 2:10-18 cita Sl 14:1-3 e Sl 51:1-3; Rm 5:9 cita Sl 140:3,

etc). A Igreja primitiva seguiu o exemplo de Jesus e dos apóstolos, adotando como sua Bíblia as Escrituras judaicas na sua íntegra, que nós hoje chamamos de Antigo Testamento.

2. O Antigo Testamento passou a ser, para os cristãos, um livro que falava de Jesus. Mesmo antes de existir o Novo Testamento, o Antigo passou a ser visto pela Igreja como o livro que lhes falava de Jesus Cristo. Provavelmente, o lugar em nosso Novo Testamento onde isso se toma mais claro é o capítulo 24 de Lucas, do qual citaremos o verso 44: "A seguir Jesus lhes disse: São estas as palavras que eu vos falei, estando ainda convosco, que importava se cumprisse tudo o que de mim está escrito na Lei de Moisés, nos Profetas, e nos Salmos" (ou seja, nas divisões do Antigo Testamento, segundo o uso judaico).

Certas passagens do Antigo Testamento, como as do Servo Sofredor de Isaías (especialmente o capítulo 53), vieram bem cedo a serem vistas como profecias da morte sacrificial de Jesus (At 8:30-35; Lc 24:25; cf. 1Co 15:3). O Evangelho de Mateus tem a tarefa especial de mostrar Jesus como o cumprimento das Escrituras judaicas, enquanto a Epístola aos Hebreus como um todo apresenta as grandes instituições judaicas como tipo de Jesus ou profecias concernentes a sua pessoa e obra. Em outras palavras, a mensagem de Hebreus é que o Antigo Testamento, corretamente interpretado, aponta para Jesus como seu cumprimento. A palavra de Jesus, "Examinai as Escrituras porque... são elas que testificam de mim" (Jo 5:39), coincide com a opinião geral da Igreja antiga, pois o que encontramos no Novo Testamento é ainda mais explícito nos escritos dos Pais Apostólicos.

Clemente Romano via o Filho de Deus como o autor do Antigo Testamento. Ele emprega a frase "Jesus falou pelo Espírito Santo" ...e cita um trecho do Antigo Testamento (como, por exemplo, no capítulo 22, onde ele cita Sl 34:11-19 e Sl 32:10). A Epístola de Barnabé afirma que os judeus, por causa do seu literalismo, nunca compreenderam suas próprias Escrituras, enquanto os cristãos, por meio da sua interpretação alegórica, percebiam que o Antigo Testamento realmente é livro que fala de Jesus.

3. Paulatinamente, escritos cristãos tomavam lugar ao lado das Escrituras judaicas para formar a Bíblia Cristã. O uso da literatura produzida no meio da comunidade cristã e reconhecida por ela como um autêntico retrato da pessoa e da missão de Cristo e de seus seguidores na adoração e na vivência diária do povo de Deus, atestava seu poder inspirador e, portanto, sua origem divina. Assim, a literatura de origem cristã ia, pouco a pouco, tomando seu lugar ao lado das Escrituras judaicas. Nós diríamos hoje que "ao lado do Antigo Testamento, ia se colocando o Novo Testamento", muito embora na época tal terminologia não existisse ainda. Esse "Novo Testamento" não colocava em dúvida e nem pretendia substituir o "Velho Testamento", mas o reinterpretava à luz de Jesus Cristo (cf. Hb 1:1-3; Mt 5:17). Portanto, apesar da ameaça de Marcião e dos gnósticos, os quais queriam descartar o Antigo Testamento (por ser, como entendiam, dos judeus e não dos cristãos, e contaminado pelo seu legalismo), a Igreja sabiamente fez do Antigo e do Novo Testamento a sua Bíblia.
4. Os metodistas entendem que há convincentes razões que justificam o uso da Bíblia toda (Antigo Testamento e Novo Testamento) como as Escrituras Sagradas dos cristãos. Nós, metodistas, insistimos na validade da Bíblia toda, a saber, o Antigo e o Novo Testamentos. Concordamos com o espírito da conclusão de Santo Agostinho no seu conhecido tratado de catequese: "No Antigo Testamento esconde-se o Novo, e no Novo encontra-se a

manifestação do Velho". ⁽⁸⁾

Por que não concordamos com aqueles que consideram o Novo Testamento suficiente para o povo cristão, sendo desnecessário ou "superado" o Antigo Testamento? Eu creio que devemos buscar nossa resposta, antes de mais nada, naquilo que Jesus Cristo falou e fez. Quando o intérprete da lei lhe perguntou: "Mestre, que hei de fazer para herdar a vida eterna?", Jesus não ditou um novo decreto; ele achou suficiente citar Deuteronômio 6:5 e Levítico 19:18 (cf. Lc 10:15-28). Também ele deixou muito claro no seu célebre discurso, o Sermão do Monte, que sua função não era abolir a Lei e os Profetas e, sim, cumprir. "Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas: não vim para revogar, vim para cumprir" (Mt 5:17). Jesus cumpria, por exemplo, a lei do amor, não apenas por sua perfeita obediência, senão também alargando e aprofundando seu sentido e sua aplicação (cf. Mt 5:43-48; Lc 10:29-37; Jo 13:34).

Creio que para nós, como discípulos, a palavra do Mestre nos bastaria. Mas temos ainda o testamento da pregação dos apóstolos e da Igreja primitiva como um todo de que o Antigo Testamento é um "livro" (um conjunto de escritos) que, essencialmente, fala de Jesus, como acabamos de ver acima.

Do lado negativo, pensemos o que perderíamos se não tivéssemos o Antigo Testamento:

- Não teríamos os Salmos como uma parte da nossa vida devocional, dos nossos hinos, da nossa compreensão de Deus e dos seus propósitos.
- Não teríamos os Dez Mandamentos, precioso compêndio de ética e moral.
- Não teríamos a mensagem dos grandes profetas, com sua insistência na justiça como base da paz e da tranquilidade.
- Não teríamos a história da criação.

Finalmente, sem a mensagem do Antigo Testamento de um Deus que cria, que se preocupa com a justiça entre as nações, que faz e desfaz reis e governos, que liberta, que se envolve em questões políticas, que se preocupa com a injustiça praticada contra os pobres, e que é o verdadeiro dono deste mundo, sem esta mensagem, seria fácil cair no erro de considerar que Deus só se preocupa com as coisas religiosas e "espirituais," e não com as coisas materiais, ou seja, apenas com a "alma" e não com o ser humano inteiro, corpo e alma, e o mundo (sociedade) em que homens e mulheres vivem e exercem sua espiritualidade.

Isto posto, facilmente se compreende duas coisas que eram básicas no uso da Bíblia por João Wesley, a saber:

1. Wesley insistia que ele era "*homo unius libri*" (homem de um só livro). Obviamente, Wesley não queria dizer que lia só a Bíblia. O seu Journal (Diário Público) está salpicado de referências às leituras que fazia. Ele lia livros devocionais (como *A Imitação de Cristo*, por Tomás Kempis), teologia (desde os Pais Apostólicos até pensadores seus contemporâneos), história eclesiástica, e lia também história secular, filosofia, tratados de ciência, medicina etc. Mesmo assim, a Bíblia era sua leitura preferida e, em questões de doutrina e prática cristãs, a Bíblia lhe era sempre o elemento fundamental para qualquer conclusão ou definição – todas as outras leituras assumiam um lugar subordinado ou auxiliar.
2. Wesley procurava tratar principalmente dos grandes temas da Bíblia, e não das coisas que são mencionadas nas Escrituras meramente de passagem. Felizmente, há sucintos resumos dos preceitos éticos, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, alguns dos quais já mencionados no

presente tratado. Temos, por exemplo, Miquéias 6:8: "Que é que o Senhor pede de ti senão que pratiques a justiça e ames a misericórdia, e andes humildemente com Deus?" Wesley valorizava muito a Epístola de Tiago e particularmente Tg 1:27, que ele designou como a definição "da única verdadeira religião, aos olhos de Deus".⁽⁹⁾ É também significativo o quanto Wesley usava o Sermão do Monte, chegando a publicar 13 *Discursos sobre o Sermão do Monte* do total de 52 sermões doutrinários. Já nos referimos acima ao resumo que Jesus fez do Antigo Testamento todo. Parafraseando, teríamos: "A Bíblia toda se resume nisto: amar a Deus acima de tudo e o próximo como a nós mesmos." Paulo, por sua vez, indica as virtudes mais importantes e duradouras em 1Coríntios 13. Nas suas *Notas*, Wesley comenta 1 Coríntios 13:13 assim: "Fé, esperança e amor são a soma da perfeição na terra; só o amor é a soma da perfeição no céu."

Foi a necessidade de os metodistas poderem ler o Novo Testamento com devoção e compreensão que levou João Wesley a preparar-lhes suas *Notas Explicativas sobre o Novo Testamento*, aproveitando um período da sua vida quando, conforme ele mesmo testemunhou no prefácio da mencionada obra, estava "impossibilitado, pela minha enfermidade de viajar ou pregar, mas, graças a Deus, posso ainda ler, escrever e pensar."

A Bíblia, então, e não a teologia, é o fundamento. Wesley concorda com a posição de Maninho Lutero que a "teologia não passa de uma gramática das palavras do Espírito Santo".⁽¹⁰⁾

Mas, finalmente, metodistas seguem Wesley na sua postura crítica. No prefácio já mencionado diversas vezes acima, Wesley deixa transparecer sua convicção de se empregar os melhores textos (manuscritos) da Escritura disponíveis, um fato especialmente significativo quando se lembra que a ciência da crítica textual estava apenas na sua infância em 1754, quando ele preparava suas *Notas Explicativas*. Ele confessa ter incorporado muito do conteúdo do *Gnomon Novi Testamenti*, de J. Bengel, o pai da crítica textual, nas suas *Notas*. Ele também menciona, no parágrafo 11 do prefácio, que a divisão da Bíblia em capítulos e versos, "feita na Idade Média", muitas vezes "separava coisas intimamente ligadas e ligava coisas inteiramente distintas." Daí, para maior clareza, Wesley preparou um esboço dos principais argumentos (conteúdo) de cada livro do Novo Testamento, independentemente dos capítulos e versos convencionais. O texto do Novo Testamento que integra as *Notas* é uma tradução do próprio Wesley do grego original. Wesley demonstra sua capacidade de aplicar na prática os princípios da crítica bíblica, resultando num texto (em inglês) mais correto e compreensível.

Wesley ordenava a seus pregadores nunca estarem ociosos e ocupados com coisas de somenos importância; e ele seguia seus próprios preceitos. À luz disso, podemos avaliar melhor a importância para Wesley da preparação de suas *Notas*, tanto do Novo quanto, mais tarde, do Antigo Testamento. Quantas horas preciosas representam essas obras! Dedicou esse tempo pois via como essencial que o povo chamado metodista pudesse ler com proveito e compreensão a Bíblia. Nunca pretendeu que suas *Notas* substituíssem a leitura da Bíblia e, sim, deviam incentivar os metodistas a lerem Bíblia, dela extraindo seus incomensuráveis tesouros.

Veremos, a seguir, como o *Credo Apostólico*, *Os Artigos de Religião* e *Os Sermões e Notas de Wesley* nos ajudam em nossa compreensão da mensagem bíblica que os metodistas, em comum com os Protestantes em geral, consideram a única regra de fé e prática dos cristãos. Perceberemos, por certo, a coerência desses três elementos menores com a revelação divina e também sua coerência

entre si.

III - O CREDO APOSTÓLICO

O termo "credo", vocábulo latino que significa "*eu creio*", se refere a um resumo, geralmente sucinto, de um determinado sistema de crença. Os israelitas possuíam um credo que, conforme a tradição rabínica, consistia originariamente nas palavras, "Ouve, ó Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor" (Dt 6:4). Em consequência dessa profunda convicção de que Yahweh é o único Deus e em resposta à aliança por ele estabelecida com seu povo, vinha a obrigação de lhe consagrar o amor total: "Amarás, pois, o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, e de toda a tua força" (Dt 6:5).

Não admira, portanto, que o credo da primeira geração de cristãos tenha sido muito semelhante ao de Israel, a saber, "Jesus é Senhor" (Rm 10:9; 1Co 12:3). Nestas curtas palavras encontramos o cerne da crença da Igreja primitiva a respeito de Jesus, que podemos resumir assim:

1. Jesus é Deus! O termo "Senhor" é reservado, no Antigo Testamento, apenas para Deus. No Novo Testamento, após a ressurreição, o termo é freqüentemente atribuído a Jesus Cristo. As referências são abundantes demais para serem mencionadas, mas uma muito significativa é a de Atos 2:36: "a esse Jesus a quem vós crucificastes, Deus o fez Senhor e Cristo". Paulo escreveu na sua Epístola aos Romanos: "Declarado filho de Deus em poder, segundo o Espírito de santificação, pela ressurreição dos mortos – Jesus Cristo, nosso Senhor" (Rm 1:4).

Citemos apenas mais uma testemunha antiga, o mártir Inácio de Antioquia. Inácio, nas suas sete epístolas, se referia, com toda a naturalidade, a Jesus como "Deus nosso". ⁽¹¹⁾ Esta afirmação que Jesus era Deus, tremenda declaração teológica, teria profundas consequências no desenvolvimento da teologia, particularmente nas doutrinas da Trindade e da Cristologia.

2. A confissão "Jesus é Senhor" era excludente, como o era o credo judaico, "O Senhor nosso Deus é o único Senhor." Como Yahweh não admitia que os israelitas dividissem sua adoração com Baal, o Deus dos cristãos era seu único Senhor; ele, e não César, era o Senhor da sua vida. Esta lealdade suprema e absoluta levaria muitos cristãos ao martírio, em imitação ao próprio Jesus, que é designado "a fiel testemunha" (ou seja, o fiel mártir), em Apocalipse 1:4.

O martírio de Policarpo, no ano 155, ilustra bem o caso. O capitão da guarda, encarregado do caso, tentou persuadir o velho bispo a oferecer uma pitada de incenso a César como Deus, daí salvando-se da morte. "Que mal há em dizer, 'César é Senhor?'" Policarpo, após um período de silêncio, declarou: "Por 86 anos tenho sido servo de Cristo, e ele nunca me fez mal. Como posso blasfemar o Rei que me salvou?" Portanto, o mais antigo credo dos cristãos era um credo político, pois era uma declaração sobre a verdadeira soberania da terra.

3. Como torna claro o testemunho de Policarpo, o credo era também uma declaração de lealdade pessoal. Quem afirmava "Jesus é Senhor" estava dizendo "Jesus é meu Senhor; eu sou o servo dele. Não estou mais a serviço do meu próprio 'eu', do mundo ou mesmo da estrutura política do mundo, pois meu Senhor é Jesus Cristo."

Quem tomava esse tipo de decisão estava em condições de formalizar uma decisão pelo rito de iniciação à Igreja, o batismo. Aliás, o batismo passou a ser o momento de o novo convertido confessar sua fé perante a congregação. Via de regra, cada igreja local desenvolvia seu credo batismal, mas havia uma grande semelhança entre os antigos credos que nos foram preservados e estes acompanharam o desenvolvimento cristológico dos antigos pais da Igreja, como Inácio e Tertuliano. Temos, por exemplo, um trecho de Inácio que parece um credo, e, possivelmente, esse ou um credo semelhante tenha sido empregado como tal em Antioquia.

“...Jesus Cristo, o qual era da raça de Davi, que foi o filho de Maria, que realmente nasceu e que comia e bebia, foi realmente perseguido sob Pôncio Pilatos, foi verdadeiramente crucificado e ele morreu... o qual foi realmente ressuscitado dos mortos, seu Pai tendo-o levantado, o qual da mesma forma levantará a nós que cremos nele”. ⁽¹²⁾

O credo primitivo, que era cristológico, então deve ter-se unido com a fórmula batismal de Mateus 28:19 ("batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo") por ser a fórmula trinitária mais apropriada ao batismo.

Tendo acontecido em época de perseguição, cada igreja local tendia a guardar a forma exata da sua confissão em sigilo. Portanto, não é possível traçar com absoluta precisão a evolução da forma do Credo que passou a ser o Apostólico, mas podemos afirmar que o *Credo Apostólico* representa o credo batismal típico da Igreja Cristã oriental e que este credo passou a ser largamente aceito no Ocidente após o período da perseguição.

Em todos os grandes pontos, com exceção da frase "desceu ao Hades", a forma do *Credo Apostólico* hoje é virtualmente idêntica entre as diversas confissões protestantes e a Católica Romana. No ritual que João Wesley preparou para os metodistas norte-americanos, em 1784, celebrarem o "Culto Dominical", a frase "desceu ao Hades" fazia parte, mas a Igreja Metodista Episcopal, na segunda edição da sua liturgia, eliminou-a. Essas palavras foram as últimas a serem acrescentadas ao Credo, presumivelmente devido à fraca base bíblica. ⁽¹³⁾

Já vimos como o I Concílio Geral da IMB, em 1930, decidiu restaurar a frase mas, curiosamente, o Credo aparece nos Cânones de 1934 sem a frase, apesar de o 2º Concílio reiterar a decisão. Eis a forma do Credo nos Cânones de 1934 (página 203):

Creio em Deus Pai, Todo-Poderoso, Criador do céu e da terra; e em Jesus Cristo, seu Unigênito Filho, nosso Senhor; o qual foi concebido por obra do Espírito Santo; nasceu da virgem Maria; padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos; foi crucificado, morto e sepultado; ao terceiro dia, ressurgiu dos mortos, subiu ao Céu e está à direita de Deus Pai, Todo-Poderoso, de onde há de vir, no fim do mundo, para julgar os vivos e os mortos.

Creio no Espírito Santo; na santa Igreja de Cristo; na comunhão dos santos; na remissão dos pecados; na ressurreição do corpo, e na vida eterna. Amém.

Para que serviu o Credo na sua forma clássica?

Já vimos que, na sua forma mais primitiva ("Jesus é Senhor"), o Credo era uma afirmação de fé em Jesus como Deus e Senhor, ou seja, um credo

cristológico. Unido à fórmula batismal de Mateus 28:19 ("batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo"), o Credo passou a ser também uma confissão de fé batismal, de estrutura basicamente trinitária, o que continua a ser até o dia de hoje. Positivamente, essa afirmação é um pequeno catálogo cristão dos artigos da fé, porém, com muita ênfase em Cristo, que, ao longo da história, tem sido a questão teológica mais controversa. Em outras palavras, a grande questão teológica é: "Quem é Jesus Cristo?". O Credo responde a essa pergunta de forma ortodoxa, afirmando a plena divindade (ele é, além de "Cristo", o "unigênito Filho" do Deus Pai) e sua plena humanidade (nasceu, sofreu, morreu, foi sepultado etc).

A história das controvérsias cristológicas mostra que tem sido mais difícil acreditar-se na humanidade do que na divindade de Cristo! E, na realidade, no Credo Apostólico, a divindade é mais enfatizada do que a humanidade. Além de afirmar a fé em Jesus Cristo como Deus encarnado, o Credo é também trinitário, pois aquele que faz essa confissão de fé afirma sua crença em um Deus que é Pai, Filho e Espírito Santo.

O último parágrafo do Credo, com brevidade impressionante, cobre as outras grandes áreas da nossa crença que, na teologia, recebem nomes gregos compridos, a saber. *eclesiologia* (a doutrina da Igreja; convém notar aqui que, para Martinho Lutero, "a comunhão dos Santos" era a expressão da natureza da Igreja, ou seja, a Igreja é essencialmente o povo de Deus); *soteriologia* (redenção); e *escatologia* (as "últimas coisas"). ⁽¹⁴⁾

Mas, se o Credo fornecia ao cristão um breve resumo dos artigos principais da sua crença (sua função positiva), o Credo também tinha, desde sua formulação, e continua a ter hoje, uma importante função negativa, ou seja, a de combater erros doutrinários. Um dos mais sutis erros doutrinários dos primeiros séculos (ou seja, uma das mais perigosas heresias) era o docetismo. O termo vem de um vocábulo grego que significa "aparência", pois os docetistas negavam a verdadeira humanidade de Jesus. Para eles, Jesus apenas parecia ser um verdadeiro homem, de carne e osso, mas realmente ele era um ser só espiritual, seu corpo sendo apenas uma ilusão, uma aparência e não uma realidade. O docetismo atraía muitas pessoas, pois lhes soava bem "espiritual". Como vimos acima, o Credo afirma a realidade da humanidade de Jesus, frisando o fato de que ele realmente sofreu, morreu, e foi sepultado. ⁽¹⁵⁾

O Credo também afirma a criação do universo por Deus Pai ("Creio em Deus Pai, Todo-Poderoso, criador dos céus e da terra"), um princípio central da Bíblia, e particularmente do Antigo Testamento. Tal afirmação é, ao mesmo tempo, uma refutação da idéia gnóstica de que o mundo, de forma alguma poderia ter sido criado por Deus, de natureza bom, pois, para eles, o mundo (e toda a matéria) é essencialmente mau (para eles, só o espírito é bom). Portanto, o Credo é anti-gnóstico na sua forma. Podemos dizer que o Credo é também de índole hebraica e não helenística. Ele reconhece a criação como coisa boa ("Viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom" – Gn 1:31), percebe Jesus como verdadeiro homem, tendo corpo verdadeiro, afirma a "ressurreição do corpo", etc. O Credo se opõe à dicotomia que tão freqüentemente fazemos entre a "parte espiritual" e a "parte material", reconhecendo o ser humano como um ser integral (não uma alma "presa" num corpo), vê a Igreja como "a comunhão dos Santos", etc. O Credo, portanto, está em harmonia com o conceito do "*Shalom*" dos judeus, que significa paz, mas também significa bem-estar, colheitas abundantes, saúde, longa vida, certamente incluindo o que Jesus nos ensinou a pedir ao Pai, "o pão nosso de cada dia" (Mt 6:11).

Há importantes implicações aqui para nós hoje, como sugeri aos homens da

Quinta Região no seu Congresso (1991); eis duas delas:

1. Deus criou o mundo, preserva-o e cuida dele! Isto tem profundas implicações para nós hoje numa hora em que estamos progressivamente desgastando as riquezas naturais, poluindo o planeta (ar, água e terra!) e criando condições em que a própria sobrevivência humana na terra está sendo ameaçada! Questões de ecologia e meio ambiente assim se tomam assuntos ligados à nossa fé! Crimes contra o meio ambiente são pecados contra o Criador!
2. Deus valoriza sobremaneira o ser humano, criando mulher e homem à sua imagem (Gn 1:27), dando-lhes domínio sobre a criação (Gn 1:28; Sl 8:6-8) e encarregando-os com a responsabilidade de "cuidar do jardim" (que simboliza a criação toda – cf. Gn 2:15). Ele faz o ser humano "um pouco menor do que Deus" (Sl 8:5), cujo valor excede o de todas as coisas (Mt 17:26). O ser humano, criado por Deus, é uma unidade, cujo corpo também tem imenso valor. Jesus teve compaixão dos doentes, dos cegos, dos leprosos; ele considerou parte da sua missão divina trazer saúde a muitos. Ele não apenas alimentava multidões famintas, mas chegou a identificar-se com os famintos, os nus, os encarcerados e os espezinhados (Lc 4:18-19; Mt 25:31-46).

Certamente os leitores perceberão muitas outras implicações dos princípios mencionados aqui.

IV - OS 25 ARTIGOS DE RELIGIÃO

Há duas maneiras principais de usar os *Artigos de Religião*. Uma maneira, certamente a mais comum, é tratar os Artigos como um compêndio de fé dos metodistas, ou seja, uma série de breves definições das doutrinas principais aceitas pelos metodistas. A segunda, que quero recomendar, é a leitura histórica dos Artigos, e a leitura deles em blocos.

Podemos comparar esse método ao uso de um mapa de rodagem; assim, cada bloco nos servirá de uma seta de direção, dizendo o que a aceitação do bloco indica sobre a nossa postura doutrinária. Para facilitar tal método, vamos transcrever os Artigos, por bloco.

O primeiro bloco são os Artigos de 1 a 4.

1 - Da fé na Santa Trindade

Há um só Deus vivo e verdadeiro, eterno, sem corpo nem partes; de poder, sabedoria e bondade infinitos; Criador e conservador de todas as coisas visíveis e invisíveis. Na unidade desta Divindade, há três pessoas da mesma substância, poder e eternidade – Pai, Filho e Espírito Santo.

2 - Do Verbo ou Filho de Deus que se fez verdadeiro Homem

O Filho, que é o verbo do Pai, verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai, tomou a natureza humana no ventre da bendita Virgem, de maneira que duas naturezas inteiras e perfeitas, a saber, a divindade e a humanidade, se uniram em uma só pessoa para jamais se separarem, a qual pessoa é Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, que realmente sofreu, foi crucificado, morto e sepultado, para os reconciliar com seu Pai e para ser um sacrifício não somente pelo

pecado original, mas, também, pelos pecados atuais dos homens.

3 - Da ressurreição de Cristo

Cristo, na verdade, ressuscitou dentre os mortos tomando outra vez o seu corpo com todas as coisas necessárias a uma perfeita natureza humana, com as quais subiu ao Céu e lá está até que volte a julgar os homens no último dia.

4 - Do Espírito Santo

O Espírito Santo, que procede do Pai e do Filho, é da mesma substância, majestade e glória com o Pai e com o Filho, verdadeiro e eterno Deus.

Os Artigos de 1 a 4 tratam da resposta que a Igreja cristã deu à grande pergunta: *Quem é Jesus Cristo?* Na realidade, essa pergunta tem duas ramificações principais: 1) Quem é Jesus em relação Deus Pai? e 2) Quem é Jesus em si mesmo?

A primeira pergunta tem a ver com a Santíssima Trindade; a ela, a Igreja, nos primeiros dois Concílios Ecumênicos, respectivamente em Nicéia (325) e em Constantinopla (381), respondeu: "Jesus Cristo é plenamente Deus, a segunda pessoa da Trindade" (ao lado do Pai e do Espírito Santo).

A segunda, a Igreja afirmou sua crença na encarnação, a saber, que Jesus é uma só pessoa que possui duas naturezas completas, a humana e a divina. A solução definitiva a essa questão só se obteve no quarto Concílio Ecumênico, o de Calcedônia (ano 451).

Portanto, os Artigos de 1 a 3 colocam os metodistas na tradição do cristianismo histórico, o que inclui não apenas as Igrejas Protestantes, mas também a Igreja Ortodoxa e a Católica Romana.

O Artigo nº 4 se relaciona à doutrina da Trindade, e lembra a controvérsia no Concílio de Constantinopla onde se defendeu não apenas a plena divindade do Espírito Santo como também o Espírito Santo como pessoa (aliás, muitos falam ainda hoje como se o Espírito Santo fosse apenas uma "força" ou "poder" impessoal). Mas o Artigo ainda se refere a um momento na história do pensamento cristão quando Santo Agostinho, grande teólogo do Ocidente, manifestava temor com a tendência Oriental, desde Orígenes, de subordinar hierarquicamente o Filho ao Pai. Para contrabalançar essa tendência, Agostinho insistia que o Espírito Santo procedia igualmente ao Pai e ao Filho. Séculos mais tarde, quando a Igreja já havia assumido um determinado modo de ser compatível com as respectivas culturas do Oeste (Roma) e Leste (Constantinopla), foi esse ponto doutrinário (ou seja, a questão da procedência do Espírito Santo) que foi a "gota" que transbordou, resultando na triste ruptura entre o Cristianismo Ocidental e Oriental, em 1554, ou seja, entre a Igreja Católica Romana e a Igreja Ortodoxa.

O Artigo 4, portanto, nos coloca, é claro, com o Cristianismo Ocidental e não com o Oriental (e como vamos ver logo, o pensamento de Agostinho vai se tornar um elemento muito importante em nossa herança doutrinária, mormente na controvérsia pelagiana e no pensamento dos grandes Reformadores do Século XVI).

O nosso segundo bloco de artigos é composto pelos artigos 5 e 6:

5 - Da suficiência das Santas Escrituras para a salvação

As Santas Escrituras contêm tudo que é necessário para a salvação,

de maneira que o que nelas não se encontre, nem por elas se possa provar, não se deve exigir de pessoa alguma para ser crido como artigo de fé, nem se deve julgar necessário para a salvação. Entende-se por Santas Escrituras os livros canônicos do Antigo e do Novo Testamentos, de cuja autoridade nunca se duvidou na Igreja, a saber, do Antigo Testamento: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis, 1 e 2 Crônicas, Esdras, Neemias, Ester, Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cânticos de Salomão, Isaías, Jeremias, Lamentações de Jeremias, Ezequiel, Daniel, Oséias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias; e do Novo Testamento: Evangelhos segundo São Mateus, São Marcos, São Lucas e São João; Atos dos Apóstolos; Epístolas de São Paulo: Romanos, 1 e 2 Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, 1 e 2 Tessalonicenses, 1 e 2 Timóteo, Tito e Filemom; Epístola aos Hebreus; Epístola de São Tiago; Epístolas 1 e 2 de São Pedro; Epístolas 1, 2 e 3 de São João; Epístola de São Judas e o Apocalipse.

6 - Do Antigo Testamento

O Antigo Testamento não está em contradição com o Novo, pois tanto no Antigo como no Novo Testamento a vida eterna é oferecida à humanidade por Cristo, que é o único mediador entre Deus e o homem, sendo ele mesmo Deus e Homem; portanto, não se deve dar ouvidos àqueles que dizem que os patriarcas tinham em vista somente promessas transitórias. Embora a lei dada por Deus a Moisés, quanto às cerimônias e ritos, não se aplique aos cristãos, tampouco os seus preceitos civis devam ser necessariamente aceitos por qualquer governo, nenhum cristão está isento de obedecer aos mandamentos chamados morais.

Esse pequeno bloco nos lembra o tempo quando a Bíblia cristã (ou seja, o Cânon) estava ainda em formação.

Já vimos como os gnósticos tendiam a rejeitar o Antigo Testamento como um todo; mas muitos cristãos perfeitamente ortodoxos e que reconheciam o grande valor do Antigo Testamento tinham dificuldade com o sacerdócio, as liturgias, comidas proibidas etc. Queriam saber como preservar os inquestionáveis valores do Antigo Testamento sem se envolver com as antigas festas, sacrifícios, circuncisão e coisas semelhantes.

Os grandes profetas já ofereciam importantes precedentes e até apontavam para a solução mais tarde oferecida por Irineu. Eis algumas palavras do grande profeta do oitavo século antes de Cristo, Amós: "Aborreço, desprezo as vossas festas, e com as vossas assembléias solenes não tenho nenhum prazer. E, ainda que me ofereçais holocaustos..., não me agradarei deles... Antes corra o juízo como as águas, e a justiça como um ribeiro perene (5.21, 22, 24; cf. Is 1.14-17). Assim Irineu observou que há duas categorias de lei divina, a cerimonial, de duração limitada, e a moral, de validade permanente. O princípio de Irineu é aceito pelos metodistas, pois concordamos com a grande maioria dos cristãos no mundo todo que "nenhum cristão está isento de obedecer os mandamentos do Antigo Testamento chamados morais", mas não tem a obrigação, por exemplo, de ir a Jerusalém três vezes ao ano para a celebração das três maiores festas, etc.

Justino Mártir, escrevendo por volta de 150, descreve detalhadamente o culto dominical. Nessa celebração, a leitura do Novo e do Antigo Testamento é feita, significando que, na prática, a Bíblia cristã já era uma só, muito embora o

cânon do Novo Testamento não se encontrasse fechado ainda. Justino diz: "Ali se dá a leitura das Memórias dos apóstolos ou das Escrituras dos Profetas..." seguida de uma prédica pelo "presidente" (Apologia I, cap. LXVII).

A decisão final da inclusão ou não no Novo Testamento de certos livros de grande valor seria feita, finalmente, no princípio estabelecido pelo teólogo bíblico Irineu e que se harmoniza bem com a terminologia de Justino Mártir. O ensino autêntico de Jesus seria aquele que o próprio Mestre havia transmitido aos seus seguidores e continuadores da sua obra, os Apóstolos; assim, para fazer parte do cânon do Novo Testamento, o escrito tinha que ser "apostólico".

A aceitação dos Artigos 5 e 6 nos coloca na linha do Cristianismo histórico, que aceita como sua Escritura o Antigo Testamento (porém, sem compromisso com a lei cerimonial) e o Novo Testamento apostólico e, daí, harmonioso com o ensino de Jesus.

O terceiro bloco, composto pelos Artigos 7 e 8, lembra a luta entre Agostinho e o monge irlandês Pelágio, no Século V.

7 - Do pecado original

O pecado original não está em imitar a Adão, como erradamente dizem os pelagianos, mas é a corrupção da natureza de todo descendente de Adão, pela qual o homem está muito longe da retidão original e é de sua própria natureza inclinado ao mal e isto continuamente.

8 - Do livre-arbítrio

A condição do homem, depois da queda de Adão, é tal que ele não pode converter-se a preparar-se pelo seu próprio poder e obras, para a fé e invocação de Deus; portanto, não temos forças para fazer boas obras agradáveis e aceitáveis a Deus sem a sua graça por Cristo, nos predispondo para que tenhamos boa vontade e operando em nós quando temos essa boa vontade.

Agostinho entendeu que o pecado original havia tornado o ser humano incapaz de alcançar a salvação sem a graça de Deus, enquanto Pelágio confiava grandemente na capacidade do ser humano. Os metodistas, em comum com os Protestantes em geral (que seguem Agostinho no seu ensino de salvação pela graça), crêem que a posição de Agostinho está mais de acordo com o ensino bíblico e com a experiência, portanto insistem (Artigo 8) que o ser humano "natural" não pode nem se arrepender e muito menos ter fé sem que a graça de Deus tome isso possível. Aliás, este bloco é fundamental para entendermos as doutrinas de João Wesley de graça preveniente e arrependimento.

Eis o quarto e o maior bloco de Artigos, de 9 a 25.

9 - Da justificação do homem

Somos reputados justos perante Deus somente pelos merecimentos de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, por fé e não por obras ou merecimentos nossos; portanto, a doutrina de que somos justificados somente pela fé é mui sã e cheia de conforto.

10 - Das boas obras

Posto que as boas obras, que são o fruto da fé e seguem a justificação, não podem tirar os nossos pecados, nem suportar a severidade do juízo de Deus, contudo são agradáveis e aceitáveis a Deus em Cristo, e nascem de uma viva e verdadeira fé, tanto

assim que uma fé viva é por elas conhecida como a árvore o é pelos seus frutos.

11 - Das obras de supererogação

As obras voluntárias que não se achem compreendidas nos mandamentos de Deus, as quais se chamam obras de supererogação, não se podem ensinar sem arrogância e impiedade; pois, por elas, declaram os homens que não só rendem a Deus tudo quanto lhe é devido, mas também de sua parte fazem ainda mais do que devem, embora Cristo claramente diga: "Quando tiverdes feito tudo o que se vos manda, dize: Somos servos inúteis".

12 - Do pecado depois da justificação

Nem todo pecado, voluntariamente cometido depois da justificação, é o pecado contra o Espírito Santo e imperdoável; logo, não se deve negar a possibilidade de arrependimento aos que caem em pecado depois da justificação. Depois de termos recebido o Espírito Santo, é possível apartar da graça recebida e cair em pecado, e pela graça de Deus levantar de novo e emendar nossa vida. Devem, portanto, ser condenados os que dizem que não podem mais pecar enquanto aqui vivem, ou que neguem a possibilidade de perdão àqueles que verdadeiramente se arrependam.

13 - Da Igreja

A Igreja visível de Cristo é uma congregação de fiéis na qual se prega a pura Palavra de Deus e se ministram devidamente os sacramentos, com todas as coisas a eles necessárias, conforme a instituição de Cristo.

14 - Do purgatório

A doutrina romana do purgatório, das indulgências, veneração e adoração, tanto de imagens como de relíquias, bem como a invocação dos santos, é uma invenção fútil, sem base no testemunho das Escrituras e até repugnante à Palavra de Deus.

15 - Do falar na congregação em língua desconhecida

É claramente contrário à Palavra de Deus e ao costume da Igreja primitiva celebrar o culto público na Igreja, ou ministrar os sacramentos, em língua que o povo não entenda.

16 - Dos sacramentos

Os sacramentos instituídos por Cristo não são somente distintivos da profissão de fé dos cristãos; são, também, sinais certos da graça e boa vontade de Deus para conosco, pelos quais ele invisivelmente opera em nós, e não só desperta, como fortalece e confirma a nossa fé nele. Dois somente são os sacramentos instituídos por Cristo, nosso Senhor, no Evangelho, a saber: o batismo e a Ceia do Senhor. Os outros cinco, vulgarmente chamados sacramentos: a confirmação, a penitência, a ordem, o matrimônio e a extrema unção, não devem ser considerados sacramentos do Evangelho, sendo, como são, em parte, uma imitação corrompida de costumes apostólicos e, em parte, estados de vida permitidos nas Escrituras, mas que não têm a natureza do batismo, nem a da Ceia do Senhor, porque não têm sinal visível, ou cerimônia

estabelecida por Deus. Os sacramentos não foram instituídos por Cristo para servirem de espetáculo, mas para serem recebidos dignamente. E somente nos que participam deles dignamente é que produzem efeito salutar, mas aqueles que os recebem indignamente recebem para si mesmos a condenação, como diz São Paulo (1Co 11:29).

17 - Do batismo

O batismo não é somente um sinal de profissão de fé e marca de diferenciação que distingue os cristãos dos que não são batizados, mas é, também, um sinal de regeneração, ou de novo nascimento. O batismo de crianças deve ser conservado na Igreja.

18 - Da Ceia do Senhor

A Ceia do Senhor não é somente um sinal do amor que os cristãos devem ter uns para com os outros, mas antes é um sacramento da nossa redenção pela morte de Cristo, de sorte que, para quem reta, dignamente e com fé o recebe, o pão que partimos é a participação do corpo de Cristo, como também o cálice de bênção é a participação do sangue de Cristo. A transubstanciação ou a mudança de substância do pão e do vinho na Ceia do Senhor, não se pode provar pelas Santas Escrituras, e é contrária às suas terminantes palavras; destrói a natureza de um sacramento e tem dado motivo a muitas superstições. O corpo de Cristo é dado, recebido e comido na ceia, somente de modo espiritual. O meio pelo qual é recebido e comido o corpo de Cristo, na ceia é a fé. O sacramento da ceia do Senhor não era, por ordenação de Cristo, custodiado, levado em procissão, elevado nem adorado.

19 - De ambas as espécies

O cálice do Senhor não se deve negar aos leigos, porque ambas as espécies da Ceia do Senhor, por instituição e mandamento de Cristo, devem ser ministradas a todos os cristãos igualmente.

20 - Da oblação única de Cristo sobre a cruz

A oblação de Cristo, feita uma só vez, é a perfeita redenção, propiciação e satisfação por todos os pecados de todo o mundo, tanto o original como os atuais, e não há nenhuma outra satisfação pelo pecado, senão essa. Portanto, o sacrifício da missa, no qual se diz geralmente que o sacerdote oferece a Cristo em expiação de pecados pelos vivos e defuntos é fábula blasfema e engano perigoso.

21 - Do casamento dos ministros

Os ministros de Cristo não são obrigados pela lei de Deus, quer a fazer voto de celibato, quer a abster-se do casamento; portanto, é tão lícito, a eles como aos demais cristãos, o casarem-se à sua vontade, segundo julgarem melhor à prática da piedade.

22 - Dos ritos e cerimônias da Igreja

Não é necessário que os ritos e cerimônias das Igrejas sejam em todos os lugares iguais e exatamente os mesmos, porque sempre têm sido diferentes e podem mudar conforme a diversidade dos países, tempos e costumes dos homens,

contanto que nada seja estabelecido contra a Palavra de Deus. Entretanto, todo aquele que, voluntária, aberta e propositadamente quebrar os ritos e cerimônias da Igreja a que pertença, os quais, não sendo repugnantes à Palavra de Deus, são ordenados e aprovados pela autoridade competente, deve abertamente ser repreendido como ofensor da ordem comum da Igreja e da consciência dos irmãos fracos, para que os outros tenham fazer o mesmo. Toda e qualquer Igreja pode estabelecer, mudar ou abolir ritos e cerimônias, contanto que isso se faça para edificação.

23 - Dos deveres civis dos cristãos

É dever dos cristãos, especialmente dos ministros de Cristo, sujeitarem-se à autoridade suprema do país onde residam e empregarem todos os meios louváveis para inculcar obediência aos poderes legitimamente constituídos. Espera-se, portanto, que os ministros e membros da Igreja se portem como cidadãos moderados e pacíficos.

24 - Dos bens dos cristãos

As riquezas e os bens dos cristãos não são comuns, quanto ao direito, título e posse dos mesmos, como falsamente apregoam alguns; não obstante, cada um deve dar liberalmente, do que possui, aos pobres.

25 - Do juramento do cristão

Assim como confessamos que é proibido aos cristãos, por nosso Senhor Jesus Cristo e por Tiago, seu apóstolo, o jurar em vão e precipitadamente, assim também julgamos que a religião cristã não proíbe o juramento quando um magistrado o requer em causa de fé e caridade, contanto que se faça segundo o ensino do profeta, em justiça, juízo e verdade.

Estes Artigos foram elaborados no Século XVI, por ocasião da Reforma Protestante. Nesse período, a Igreja da Inglaterra separou-se da Igreja de Roma e aderiu à Reforma Protestante, sofrendo maior impacto de Calvino do que de Lutero. Assim, já no reinado de Eduardo VI, a Igreja da Inglaterra elaborou 42 Artigos de Religião; estes foram revisados no tempo da Rainha Isabel (Elizabeth I) e reduzidos aos 39 Artigos que a Igreja da Inglaterra e a Comunhão Anglicana mundial ainda reconhecem.

Por ocasião da formação da Igreja Metodista Episcopal na América do Norte (1784), João Wesley revisou os 39 Artigos, eliminando as partes que não se aplicavam aos Estados Unidos, tão recentemente independente da Inglaterra, e também eliminando artigos que favoreciam a predestinação.

Assim ele dotou a nova Igreja Metodista Episcopal com 24 Artigos, aos quais a jovem Igreja acresceu um, "Dos Deveres civis dos Cristãos", e que recebeu o número 23.

Portanto, quando perguntamos: "onde é que este longo bloco de Artigos nos coloca?", a resposta se toma um pouco complexa, mas não de difícil compreensão.

1. Em contraste com os Artigos de 1 a 8, que mostram nossas ligações históricas com outros ramos do Cristianismo, particularmente com o Catolicismo Romano, do qual o Protestantismo se separou no Século XVI,

os Artigos de 9 a 25 exibem muitos pontos que nos diferenciam de Roma.

2. Como um todo, portanto, o bloco nos diz: Somos Protestantes, não Católicos Romanos, pois seguimos a linha protestante, a sua compreensão da justificação, da natureza da Igreja, dos Sacramentos etc.
3. Somos da ala Anglicana da Reforma, pois somos filhos e filhas da Igreja da Inglaterra (nossos 25 Artigos provêm dos 39 Artigos da Igreja da Inglaterra).
4. Não somos da Reforma Radical ou Anabatista, cujas convicções religiosas levaram alguns deles ao "comunismo cristão" (nº 24) e a abster-se de qualquer envolvimento com o estado ou a política, pois seu ideal era a restauração da Igreja pré-Constantiniana, quando não existia nenhum vínculo entre Igreja e Estado (nº 25).

Cada um desses artigos merece um estudo particular pelo leitor, mas aqui vamos apenas apontar os "mini-blocos", que indicam as principais ênfases dos Artigos sob consideração:

1. Justificação pela fé e não por obras ou mérito nosso (artigos 9 a 11).
2. O arrependimento depois da justificação (artigo 12).
3. Definição Protestante da Igreja; a Igreja é o povo, não a hierarquia (artigo 13).
4. Repúdio de diversos erros da Igreja Católica Romana (artigo 14).
5. A língua do culto deve ser a língua do povo; isto se refere ao uso do latim nas celebrações católicas de então e não ao "falar em línguas" (artigo 15).
6. O conceito Protestante dos Sacramentos - batismo e Santa Ceia (artigos 16 a 20).
7. O casamento de ministros é lícito (aplicação da doutrina do sacerdócio dos crentes) (artigo 21).
8. A liberdade de cada povo ou Igreja de estabelecer sua própria liturgia (artigo 22).
9. Os deveres civis dos cristãos e práticas anabatistas (artigos 23 a 25).

V - OS ESCRITOS DE WESLEY - Sermões e Notas sobre o Novo Testamento

Como tentamos tomar muito claro, de acordo com a nossa própria Constituição, nós, metodistas, baseamos nossa doutrina na Bíblia. Afirmamos que as "Santas Escrituras contêm tudo que é necessário para a salvação, de maneira que o que nelas não se encontre, nem por elas se possa provar, não se deve exigir de pessoa alguma para ser crido como artigo de fé..." A nossa interpretação da Bíblia leva a sério as intenções do *Credo Apostólico* bem como a orientação dos *Artigos de Religião*.

Alguém poderá estar pensando: "Mas como João Wesley teve a ousadia de modificar os veneráveis 39 Artigos da Igreja da Inglaterra?" A resposta principal é que Wesley pretendeu assim tornar os 39 Artigos mais compatíveis com as próprias Escrituras, pois, eliminando a predestinação, ele pôde enfatizar (como efetivamente enfatizou!) o amor de Deus a cada um dos seres humanos e não apenas a um número limitado de eleitos por ele. Foi também a convicção de que o artigo do *Credo Apostólico*, "desceu ao Hades", carecia de adequada fundamentação bíblica que levou o Metodismo Americano a eliminar a frase do Credo. Esses dois exemplos são indícios de que os metodistas, historicamente,

têm sempre atribuído a autoridade máxima às Escrituras; os outros fundamentos da nossa fé devem ser adequados a elas.

Qual, então, é a função dos *Sermões e Notas de Wesley* como fundamento doutrinário para o Metodismo? No meu entender, devemos procurar o específico da contribuição de Wesley na sua compreensão do processo da Redenção, no que tange ao conteúdo. É fácil provar, pelos escritos de Wesley, que ele estava bem instruído na teologia e que ele teria sido perfeitamente apto para escrever uma teologia sistemática, o que não chegou a fazer. Livros como a *Coletânea da Teologia de João Wesley*, compilada por Robert W. Burtner e Robert E. Chiles ⁽¹⁶⁾ tomam evidente que ele realmente tratou dos grandes temas da fé cristã.

Ele escreveu, por exemplo, um sermão "Sobre a Trindade", baseado em 1João 5:7; ele o pregou na Irlanda, presumivelmente em Cork, no domingo, dia 7 de maio de 1775 ⁽¹⁷⁾. No sermão, Wesley afirma sua crença na grande doutrina, a primeira a ser oficialmente aceita pelos antigos Concílios Ecumênicos e, ao mesmo tempo, mostra seu desinteresse nos aspectos meramente especulativos da doutrina. Wesley recusou-se a perder tempo em especular sobre o "modo" por que Deus poderia ser UM e, no mesmo tempo, TRES.

Deus havia revelado o "fato" mas não o "modo", por isso, Wesley disse do "modo": "Isso não me interessa." ⁽¹⁸⁾

Mas, o que interessava muito a Wesley era a participação das três pessoas da Santíssima Trindade na obra da redenção, como revela seu comentário nas *Notas*, sobre Hebreus 9:14 e o que segue.

Quanto mais o sangue de Cristo – O mérito de todo o seu sofrimento. Que pelo Espírito eterno – A obra de redenção sendo o trabalho da Trindade toda. Nem é envolvida apenas a Segunda Pessoa mesmo da surpreendente condescendência necessária para completar tal obra. O Pai entrega o Reino ao Filho, e o Espírito Santo se torna dádiva do Messias, sendo, por assim dizer, enviado segundo o seu beneplácito, se ofereceu, infinitamente mais precioso do que qualquer vítima criada, e (aquela) imaculada a Deus. Purificar nossa consciência – a profundidade da nossa alma das obras mortas – De todas as obras interiores e exteriores do diabo, as quais nascem da morte espiritual na alma. Para servir ao Deus vivo – na vida da fé, em amor perfeito e santidade sem mácula. ⁽¹⁹⁾

Ser-nos-ia útil termos uma sistemática preparada por Wesley, mas a exemplo de Lutero, Wesley escolheu não fazê-la. Possivelmente, tenha ele considerado adequados os tratados de teologia existentes. Mas quer me parecer que ele tenha entendido que de maior urgência e de valor prático (preocupação constante de Wesley) era a exposição, por meio de sermões, de "o meio bíblico de salvação". ⁽²⁰⁾ Para tanto, ele já tinha um bom precedente: Os dois livros de homilias indicados para serem lidos nas igrejas. ⁽²¹⁾

Quando em 1747 João Wesley começou a publicar os seus Sermões, ele não tinha nenhuma intenção de fundar uma nova Igreja e certamente não sentia nenhuma necessidade de reformar as veneráveis doutrinas da Igreja da Inglaterra, da qual ele era presbítero. Além do mais, sermões serviam melhor aos seus propósitos de explicar o caminho bíblico da salvação do que sucintas definições doutrinárias.

No que vou expor agora, pretendo enfatizar o papel do Espírito Santo na

obra redentora, na ótica de Wesley, por diversas razões. Em primeiro lugar, isso mostra uma importante contribuição de Wesley ao equilíbrio da teologia, uma vez que o Catolicismo tende a privilegiar Deus Pai e o Protestantismo Deus Filho. Em segundo lugar, em meio às tendências carismáticas e pentecostais de hoje, é salutar perceber a atuação do Espírito Santo, principalmente na obra de redenção que Deus efetua em todo crente e não apenas nas manifestações extraordinárias do seu poder. Em terceiro lugar, metodistas, desde o tempo de Wesley, têm percebido sua vocação em termos de reforma da nação e de espalhar a santidade bíblica por toda a parte, vocação esta que dá grande lugar à ação do Espírito, enquanto evita o fanatismo espiritualista.

Sem, portanto, tratar de todo o processo da redenção, desde a atuação da graça preventiva nas pessoas "mortas nos seus delitos", vamos mostrar a parte do Espírito Santo, sem perder de vista que toda a obra redentora é obra trinitária.

1. O **Arrependimento**. João Wesley dificilmente admitia a fé sem anterior arrependimento (cf. Mc 1:15). O teor da doutrina para Wesley era o chamado profético ao povo para "voltar" – virar as costas para o comportamento e envolvimento antigos e voltar-se para Deus e seus propósitos. ⁽²²⁾ Seu modelo específico é a pregação de João Batista, o último dos profetas de Israel, e particularmente Lucas 4:7-14.

Conforme a pregação de João Batista, o primeiro elemento do arrependimento é autoconhecimento. João mostrou aos seus ouvintes que não passavam de uma "raça de víboras", tão longe dos propósitos de Deus e despreparados como os gentios para participarem do seu Reino, tanto que deveriam submeter-se a um rito antes reservado para não-judeus, a saber, o batismo. Percebendo seu verdadeiro estado, perguntaram: "Que faremos?" "Deviam, disse João, produzir os frutos dignos do arrependimento", o segundo passo no processo. Especificamente, quem tinha duas túnicas devia dar uma para quem não tivesse nenhuma e, quem tinha comida, deveria fazer da mesma forma (Lc 3:11).

A parte do Espírito Santo no processo é patente em João 16:8, pois é ele quem convence "do pecado, da justiça, e do juízo."

Às pessoas que buscavam João Wesley e pediam seus conselhos de como "fugir da ira vindoura", ele pediu "frutos", na forma de obediência às Regras Gerais, elaboradas pelos Wesley em 1743 como evidência de sincero arrependimento. A primeira Regra, "Evitar o Mal", exigia honestidade, sobriedade, vivência pacífica etc. Também proibía o uso de ouro, de roupas caras, ou mesmo "ajuntar tesouros na terra".

Essas últimas exigências da primeira Regra tornavam viável a obediência à Segunda, "Praticar o Bem", pois ela requeria a prática do bem aos corpos dos outros, no sentido de alimentar os famintos, vestir os nus, etc, como ensinavam João Batista e Jesus (vejamos, por exemplo, Mt 25). Requeria também a prática do bem às "almas", em segundo lugar. E, finalmente, a Terceira Regra, "Usar os Meios de Graça", exigia assiduidade ao culto e sacramento e a prática das disciplinas da vida cristã. Todas as Regras Gerais pretendiam ser provas de verdadeiro arrependimento, e não uma espécie de religião tipo "faça-o você mesmo", ou seja, uma maneira de o metodista ganhar sua salvação por meio de obras. Pelo contrário, Wesley esperava que aquelas pessoas no estado de arrependimento viessem a conhecer o Deus gracioso em Jesus Cristo e que, pela fé, vivessem.

2. O **Testemunho do Espírito Santo**. Após o dom da fé e a conseqüente justificação (perdão) e novo nascimento (transformação), vem a convicção ou a certeza da salvação, o Testemunho do Espírito Santo. Apesar de a doutrina do Testemunho do Espírito encontrar-se nas Epístolas Paulinas (especialmente em Rm 8:16 e Gl 4:6), os Protestantes têm entendido a doutrina em termos da atestação íntima da verdade da Palavra de Deus. Mas é muito claro em Romanos 8:16 que o Espírito testemunha ou testifica ao espírito da pessoa que Deus a aceita como filha (e não mais escrava). A pessoa passa a ter uma certeza íntima que pertence a Deus, que Deus a aceita como filha, que lhe perdoa os pecados. Ela agora goza da condição daqueles para quem "já nenhuma condenação há" por estar em Cristo Jesus (cf. Rm 8:1). João Wesley teve contato com a doutrina desde sua primeira conversação com o bispo morávio August Gottlieb Spangenberg, no dia 8 de fevereiro de 1736, apenas dois dias após sua chegada à colônia da Geórgia, nos (Journal). Wesley havia pedido conselho espiritual ao bispo morávio: Spangenberg, porém, fez a Wesley certas perguntas introdutórias, inclusive "Tens o testemunho dentro de ti?" Wesley parece ter compreendido muito pouco do sentido da pergunta na ocasião.

Dois anos depois, na manhã do dia 24 de maio de 1738, encontramos o mesmo Wesley a escrever a um amigo não identificado, onde pergunta: "O seu Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus? Infelizmente, com o meu, ele não o faz." Mas naquela mesma noite, após sua experiência de entrega pessoal a Deus, ele pôde declarar: "... uma segurança me foi dada que ele tirara meus pecados, sim os meus, e me salvara a mim da lei do pecado e da morte". ⁽²³⁾ Wesley cria e pregava que tal certeza normalmente acompanhava a dádiva da fé e ele encorajava todos os metodistas a buscar esse dom se já não o tivessem recebido.

3. **Santificação e Perfeição Cristã**. É o mesmo Espírito, não apenas Santo na sua pessoa divina, mas santificador, que particularmente atua em todo o processo da Santificação e da eventual Perfeição Cristã, que Wesley conclamava todos os cristãos a buscarem com todo o empenho.

O tema duplo de santificação e perfeição, tão comum no Antigo Testamento, encontra-se também nos lábios de Jesus (cf. Mt 5:48; Lv 11:44,45; Dt 18:12) e em outras partes do Novo Testamento (como Fp 3:12; 1Pe 2:9; Hb 6:1, etc). O desafio de Jesus ao jovem rico, "Se queres ser perfeito, vai, vende o que tens, dá aos pobres, depois, vem, e segue" (Mt 19:21) tem levado milhares de homens e mulheres a buscarem uma perfeita imitação de Cristo. O tema da perfeição e da santidade povoa as páginas do Cristianismo primitivo. Mas, na Inglaterra, no tempo de Wesley, o francês Montesquieu testificou: "Todo o mundo ri se alguém fala em religião". ⁽²⁴⁾ Foi justamente nessa Inglaterra onde João Wesley ergueu a bandeira da santidade e repetia com frequência: "Segui a paz com todos, e a santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor (Hb 12:14; cf. Mt 5:8).

João Wesley teve a consciência de estar envolvido em algo extraordinário que o próprio Deus fazia no mundo. Assim ele escreveu no prefácio da terceira parte do seu Journal ⁽²⁵⁾ que pretendia descrever "o que Deus já fez e ainda faz em nossa terra. Pois não é obra que apareceu recentemente. Todos os que observam tranquilamente devem declarar: 'Isto procede do Senhor, e é maravilhoso aos nossos olhos'" (Sl 118:23). Essa convicção crescia até, em 1744, na primeira Conferência. Wesley e mais nove companheiros consideravam, em espírito de oração, a razão por que Deus teria levantado o povo chamado metodista, concluindo que era para reformar a nação e particularmente a Igreja, e espalhar a santidade bíblica pela terra afora.

Wesley nunca mudou de opinião a respeito. A menos de seis meses da sua morte, João Wesley escreveu uma carta a Robert C. Brackenbury, onde dizia: "Essa doutrina (plena santificação ou perfeição cristã) é o grande *deposítum* que Deus tem entregue ao povo chamado metodista; e para o propósito de propagar ele parece ter, principalmente, nos levantado." ⁽²⁶⁾

Havia sempre equilíbrio no tratamento wesleyano de doutrina. Mas tal equilíbrio pouco se assemelha ao centro ideológico ou religioso que J.B. Libânio descreve: "O centro é sintético, por isso parado. Nem tem a afirmação ação clara da tese, nem a contestação virulenta da antítese", ⁽²⁷⁾ pois o equilíbrio wesleyano é o equilíbrio dinâmico de crença e ação, da santificação pessoal e da expressão social da religião. É, para usar um texto favorito de Wesley, "a fé que atua pelo amor" (Gl 5:6), sendo que tanto a fé quanto o amor são princípios ativos.

Curiosamente, isto foi exatamente o intento de Lutero no seu Prefácio à Epístola de Paulo aos Romanos, particularmente o parágrafo que, com toda a probabilidade, Wesley ouvia quando "confiava só em Cristo para a salvação" e sentiu seu coração aquecido estranhamente. Escreveu Lutero:

Fé verdadeira, entretanto, é uma obra divina que o modifica e faz renascer de Deus (Jo 1:13), além de matar o velho Adão, transformando em pessoas bem diferentes de coração, sentimento, mentalidade e todas as forças, trazendo consigo o Espírito Santo. Ah, há algo muito vivo, atuante, efetivo e poderoso na fé, a ponto de não ser possível que ela cesse de praticar o bem. Ela também não pergunta se há boas obras a fazer, e sim, antes que surja a pergunta, ela já as realizou e sempre está a realizar. Quem, porém, não realiza tais obras, é pessoa sem fé, que anda às apalpadelas à procura da fé e de boas obras e nem sabe o que é fé nem boas obras, e ainda fica falando e conversando fiado sobre as mesmas. ⁽²⁸⁾

Um excelente exemplo de "equilíbrio" mencionado é o comentário sobre Tiago 1:27, nas *Notas* sobre o Novo Testamento:

A única verdadeira religião, aos olhos de Deus, é isto, visitar, com conselho, conforto e ajuda – os órfãos e as viúvas – aqueles que mais precisam disso. Nas suas aflições – no seu estado mais desamparado e sem esperança. E manter-se imaculado do mundo, dos slogans, sentimentos e costumes dele. Mas isto não pode acontecer antes de darmos nosso coração a Deus, e amarmos o próximo como a nós mesmos".

Este comentário corresponde inteiramente com o espírito da sua declaração no quarto discurso sobre o Sermão da Montanha, a saber. "O cristianismo é, essencialmente, uma religião social; torná-lo uma religião solitária é destruí-lo". ⁽²⁹⁾

Para economia de espaço, vamos ilustrar esse princípio de equilíbrio em apenas uma doutrina, a da Perfeição Cristã. ⁽³⁰⁾

1. **A perfeita imitação de Cristo.** "Aquele, entretanto, que guarda a sua palavra, nele verdadeiramente tem sido aperfeiçoado o amor de Deus. Nisto sabemos que estamos nele; aquele que diz que permanece nele, esse deve também andar assim como ele andou" (1Jo 2:5-6). Wesley freqüentemente parafraseava o trecho nas palavras "andarmos uniformemente como ele andou".

2. **Perfeição em amor.** Aqui as referências bíblicas são sobremaneira

abundantes, mormente na primeira Epístola de João, epístola que Wesley considerava o melhor comentário sobre perfeição em amor. Eis alguns dos versículos mais pertinentes: "Se alguém disser: amo a Deus, e odiar a seu irmão, é mentiroso... (1Jo 4:20a); "Se amarmos uns aos outros, Deus permanece em nós, e o seu amor é em nós aperfeiçoado" (1Jo 4:12b). "Nós sabemos que já passamos da morte para a vida, porque amamos os irmãos" (1 Jo 3:14a). "Deus é amor e aquele que permanece no amor permanece em Deus, e Deus nele" (1 Jo 4:16b). E, finalmente: "Filhinhos, não amemos de palavra, nem de língua, mas de fato e de verdade" (1Jo 3:18).

3. Comunhão perfeita e ininterrupta com Deus. "Regozijai sempre. Orai sem cessar. Em tudo dai graças..." (1Ts 5:16-18).

4. A Restauração da Imagem de Deus. A imagem de Deus, tão desfigurada pela queda, será restaurada, completando a obra divina da nossa redenção. Tal restauração é ensinada em diversos textos do Novo Testamento, como 1Co 15:49, Cl 3:10 e outros. Um texto favorito dos irmãos Wesley é 2Co 3:18. "E todos nós com o rosto desvendado, contemplando, como por espelho, a glória do Senhor, somos transformados de glória em glória, na sua própria imagem, como pelo Senhor, o Espírito." No seu magnífico hino sobre a perfeição cristã, Carlos Wesley escreveu: "Transformados de glória em glória, até que tomemos nosso lugar no Céu". ⁽³¹⁾

Finalizando, eu estou convencido de que, nos quatro principais pilares de nosso sistema doutrinário, qualquer metodista poderá ter uma razoável compreensão das crenças do Metodismo brasileiro. E, conhecendo essas bases, é importante que aceitemos o desafio adicional de conhecer melhor tais documentos como nosso Credo Social, o Plano para a Vida, a Missão da Igreja e outros.

Por que? Para que tudo isso se tome em mola propulsora para nossa atuação como cristãos metodistas bem informados e agentes do Reino de Deus.

VI - EPÍLOGO

Minha esposa Phyllis e eu recentemente tivemos o privilégio de ministrar breves cursos para obreiras e obreiros por todos os principais centros da Região Eclesiástica do Nordeste. Em um desses centros, um dedicado irmão metodista me fez uma pergunta que, quero crer, representa uma preocupação de muitos metodistas e não metodistas: "O que ensinou João Wesley sobre a questão "línguas" (falar em línguas estranhas)?

Eu respondi que Wesley pouco se preocupava com o assunto. O irmão, um tanto desapontado com minha resposta, exigia mais. O que então respondi, gostaria de compartilhar com os leitores:

1. João Wesley, como "*Homo unius libri*", se preocupava com os grandes temas da Bíblia, e a questão de línguas é muito pouco tratada na Bíblia, limitando-se quase à experiência de Pentecostes e à primeira Epístola de Paulo aos Coríntios (caps 12 e 14). Paulo, que é o escritor bíblico que mais escreve sobre o assunto, reconheceu que "línguas" era um dom do Espírito Santo (1Co 12:10), mas ele colocou esse dom em último lugar na

sua escala decrescente (1Co 12:28). Wesley teria concluído, como nós concluímos, que "línguas" simplesmente não era um dos grandes temas bíblicos; daí sua pouca preocupação com essa questão.

2. Eu não encontro em nenhum lugar no Journal (o Diário Público) de Wesley referências a pessoas nas suas reuniões falando em línguas, muito embora tenham ocorrido outras manifestações emocionais.

A pergunta do irmão pode estar ligada a uma idéia equivocada de muitas pessoas, a saber, que João Wesley é, de alguma forma, o "pai" do movimento pentecostal.

A pergunta do irmão, portanto, poderia ter sido formulada assim: "É verdade que João Wesley pode ser considerado como o precursor ou mesmo o fundador do movimento pentecostal?"

Eu teria que dar uma resposta negativa. Mas poderiam pairar dúvidas ainda. Se a afirmação é falsa, donde surgiu o equívoco?

Quero crer que o equívoco surgiu de um conhecimento muito superficial de Wesley e do movimento metodista, do qual ele era o fundador. Senão, vejamos.

1. Wesley reconheceu a realidade e a importância da emoção na religião. Isto é evidente na sua própria experiência religiosa, com destaque para aquela da Rua Aldersgate, na noite de 24 de maio de 1738, quando sentiu seu coração *strangely warmed* (estranhamente aquecido). Mas a experiência não se limitou a uma forte emoção. Wesley deixou uma descrição minuciosa da experiência na qual ele cuidadosamente analisou, racionalmente, o sentido teológico da experiência marcante. Mesmo na experiência de Aldersgate está presente muito mais João Wesley, homem do Século das Luzes, do que Wesley, homem de sentimento e de emoção.
2. Wesley enfatizou a atuação do Espírito Santo na redenção humana, como vimos no presente tratado. E ele insiste que não há cristão ou cristã sem o Espírito Santo. ⁽³²⁾ Wesley procura atribuir o lugar que a Bíblia atribuiu ao Espírito Santo na obra divina da salvação, mas nisso não subestima a parte de Deus Pai e Deus Filho. Tampouco menciona em qualquer lugar o falar em línguas como um principal fruto ou dom do Espírito Santo.
3. Diferente de Lutero, cuja luta contra a ênfase Católica Romana nas obras meritórias do ser humano o levou a se preocupar quase exclusivamente com a justificação só pela fé, João Wesley também se preocupou com a santificação e a perfeição cristãs. Receio que seja principalmente aqui que os pentecostais e carismáticos erroneamente detectam em Wesley um precursor, pois:
 - o Corretamente percebem que Wesley cria que cada pessoa perdoada dos seus pecados pelo dom da fé em Cristo devia esperar e buscar ainda outros dons. Para Wesley, nenhuma pessoa convertida devia se contentar apenas com a justificação (perdão).
 - o Corretamente perceberam que Wesley enfatiza o lugar do Espírito Santo nesse processo.
 - o Corretamente perceberam que Wesley exortava pessoas a buscarem tais dons no seu "aqui e agora", não apenas numa futura existência celestial.

- o Mas erroneamente identificaram esses outros dons com a dádiva do próprio Espírito Santo ao cristão sem o Espírito Santo. A vida cristã não é outra coisa que a vida no Espírito Santo. ⁽³³⁾
- o Erroneamente identificam o dom concedido pelo Espírito Santo com o dom de “falar em línguas”. Para Wesley, a bênção maior a ser almejada pela pessoa que já tenha recebido o dom da fé (e a conseqüente justificação e regeneração) é a bênção da perfeição cristã, a qual, antes de mais nada é a perfeição em amor para com Deus e para com o próximo.
- o Erroneamente identificam a santificação e a perfeição cristã com uma vida “monástica” e individualista, onde toda a ênfase é o cultivo da piedade pessoal e estar “incontaminado do mundo”. Para Wesley o amor bíblico, porém, implica serviço, identificação com o necessitado, em solidariedade com o pisoteado, em luta pela justiça.

Talvez isto nunca tenha ficado tão claro quanto na última carta que Wesley escreveu, apenas seis dias antes da sua morte. Wesley escreveu a carta ao metodista William Wilberforce, líder no parlamento inglês na luta contra o tráfico de escravos. Wilberforce tivera, pouco antes, uma profunda experiência de fé, e estava disposto a abandonar sua atuação na vida pública para poder melhor cultivar a vida espiritual. Wesley, na carta referida, desafiou o parlamentar a voltar à luta contra o tráfico, exatamente como uma expressão prática da sua fé cristã!

Quem vê Wesley como o “pai dos pentecostais”, antigos ou modernos, está equivocado! Inspira-se em um Wesley que nunca existiu, ou seja, em uma interpretação totalmente inadequada do verdadeiro Reformador da Inglaterra.

VI - NOTAS

(1) Guaracy Silveira pediu que se reconsiderasse a reinclusão no Credo da expressão “desceu ao Hades”. Foi referido com aprovação, à Conferência Geral (página 13 da Ata da Comissão Cosntituinte). Devidamente referido ao I Concílio Geral, o próprio proponente justificou a proposta a restaurar no Credo Apostólico a frase “desceu ao Hades”. A proposta da reinclusão foi aprovada (cf. página 45 das Atas da primeira sessão do Concílio Geral). Mas na prática a decisão não aconteceu. Assim o mesmo assunto apareceu no II Concílio Geral, em 1934, ocasião em que “Antônio Campos Gonçalves esclarece e pede que conste em ata que o Concílio Geral de 1930 não aumentou o Credo Apostólico, mas simplesmente restaurou a expressão “desceu ao Hades” (cf. página 45 das Atas do II Concílio Geral da Igreja Metodista).

(2) Constituição de 1930.

(3) Atas da Comissão Constituinte, p. 18.

(4) Atas do II Concílio Geral, p. 11 e 13 e Cânones de 1934, p. 18 e 19.

(5) Plano para a Vida e a Missão da Igreja, seção “A” (parágrafo “i”).

(6) Cf. parágrafo “j” do Plano para a Vida e a Missão da Igreja.

(7) O Credo Social tem sido reformado de tempos em tempos, de acordo com a

evolução da sociedade e da nossa compreensão da ética social.

(8) A Instrução dos Catecúmenos. Petrópolis: Vozes, 1973, cap. 8.

(9) Cf. Notas. No final do presente ensaio, transcrevemos uma tradução do comentário de Wesley a respeito, conforme suas *Notas Explicativas*.

(10) Citado por Wesley no parágrafo 12 do prefácio das *Notas*.

(11) Por exemplo, na Epístola de Inácio de Antioquia aos Efésios, cap. 15; epístola de Inácio de Antioquia aos Romanos, tanto na sua Introdução quanto no capítulo 3; a Policarpo, cap. 8, etc.

(12) Aos Tralianos, cap. 9.

(13) João Wesley achou muito fraca a base bíblica do artigo “desceu ao Hades”, como fica evidente nos seus comentários sobre Atos 2:27, 1 Pd 3:19 e outros, conforme *Notas Explicativas sobre o Novo Testamento*.

(14) Tanto a Trindade quanto a Cristologia são retomadas nos 25 Artigos de Religião e nos escritos de Wesley, como ainda abaixo.

(15) Veja também a citação de Inácio aos Tralianos, mencionada antes no presente tratado.

(16) Publicada pela Junta Geral de Educação Cristã (JUGEC) em 1960.

(17) Cf. Journal, VI, 61.

(18) Do sermão “Sobre a Trindade”, em BURTNER, Robert W. e CHILES, Robert E., Coletânea de Teologia de João Wesley, p. 44.

(19) Nesse texto, como sempre nas *Notas*, as palavras citadas diretamente da Bíblia são grifadas por Wesley.

(20) Aproveito aqui o título do seu sermão nº XLIII

(21) O primeiro livro, publicado em 1547, continha 12 sermões; seu prefácio, em nome do Rei Eduardo VI, ordenou que uma porção de cada homilia fosse lida cada domingo, caso o ministro não pregasse um sermão próprio (pois a pregação freqüentemente não fazia parte do culto dominical de então). O segundo continha 24 sermões.

(22) Cf. o “Volta o pérfida Israel” e “Voltai o filhos rebeldes” de Jeremias 3:12 e 22.

(23) Do Journal; citado por REILY, Duncan A. *Metodismo Brasileiro e Wesleyano*. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1981, p. 64 e 73.

(24) Citado por REILY, Duncan A. *Metodismo*.... p. 149.

(25) Que cobre o período de 17 de setembro de 1738 a primeiro de novembro de 1739.

(26) Letters, VIII, 238.

(27) LIBÂNIO, J.B. A volta à Grande Disciplina. São Paulo: Loyola, 1984, p. 7.

(28) LUTERO, Martinho. *Pelo Evangelho de Cristo*. Porto Alegre: Concórdia; São Leopoldo: Sinodal, 1984, p. 184.

(29) *Sermões*, de Wesley, XX; I, 501.

(30) Para tanto, valho de um artigo publicado no *Expositor Cristão*, em novembro de 1991. No referido artigo, procurei, através dos principais trechos bíblicos que alicerçam a doutrina, mostrar algo tanto da riqueza quanto do equilíbrio da mesma.

(31) Hino 293 no Hinário Evangélico, "Grande Amor". Infelizmente, a quarta estrofe, em que ocorrem essas palavras, não foi vertida para o português.

(32) Cf. citação de Lutero acima.

(33) Cf. Romanos, cap. 8; cf. também a citação onde Lutero diz que fé, uma obra divina em nós, traz junto o Espírito Santo.